

Reindexação, um risco a mais para a economia

Analistas temem que reposições salariais pela inflação passada comprometam meta do Governo para 2000

Flávia Oliveira e Eduardo Diniz

• **Reindexação.** Esse é o nome do fantasma que voltou a frequentar o imaginário dos economistas, como mais uma ameaça aos índices de inflação. Não bastassem os estragos que a alta do dólar e os reajustes de tarifas públicas, do álcool e dos alimentos causaram às taxas, paira no ar o risco de as negociações salariais ficarem centradas na reindexação da correção pela inflação passada. A pressão ganhou corpo semanas atrás, quando metalúrgicos, petroleiros e bancários delataram campanhas salariais que lembram o passado de taxas galopantes. O resultado dos embates pode ameaçar o cumprimento da meta de inflação de 2000, que o Governo estabeleceu em 6% (no máximo, 8%), dois pontos percentuais abaixo da determinada para 1999.

— Salário é a questão do momento, porque a falta de poder de compra é que ainda contém os preços — comenta o economista Ilan Goldfajn, professor da PUC-Rio que até o início do ano trabalhava para o FMI, em Washington.

Novembro concentra 16% dos reajustes salariais

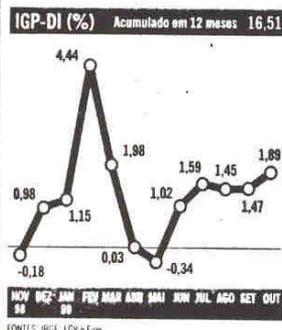
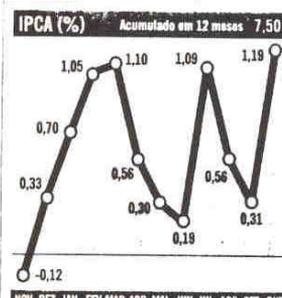
Goldfajn diz que já esteve mais pessimista em relação ao comportamento da inflação. Vem respirando aliviado desde o início do mês, quando as atuações do Banco Central fizeram o dólar recuar. Mas afirma que o risco só será eliminado se as cotações se estabilizarem em torno de R\$ 1,80.

O economista Marcelo Neri, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), afirma que essas atuações são fundamentais para reverter as expectativas pessimistas da sociedade em relação ao controle da inflação. Especialmente num momento em que algumas das mais mobilizadas categorias profissionais do país negociam seus salários para os próximos 12 meses.

— A data-base é quando as expectativas dos trabalhadores se tornam realidade. Se na hora da negociação houver muito pessimismo, os acordos podem ameaçar o controle da inflação. A indexação de salários dificulta a queda dos índices — explica Neri.

O mês de novembro é especialmente crítico, porque concentra um grande número de negociações. Em levantamento com base nos dados do IBGE, Neri descobriu que 16,23% dos reajustes salariais nos seis maiores centros urbanos do país são concedidos em novembro — o mês perde somente para maio, que tem 21,62% dos aumentos. Não é só: 35% dos reajustes são concentrados entre setembro e novembro, proporção idêntica

Acompanhe os índices de inflação

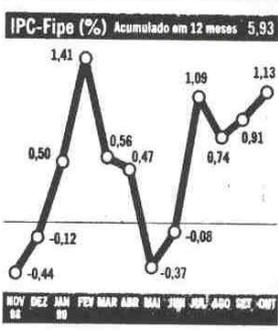
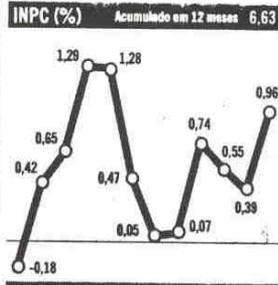


O QUE QUEREM OS TRABALHADORES

Bancários
Os funcionários dos bancos privados já fecharam acordo com a Fenabem. Aceitaram reajuste de 5,5% e participação nos lucros equivalente a 80% do salário. Não houve acordo nos bancos públicos. A negociação começou em setembro, com a categoria reivindicando 10,5% de reajuste, 15,5% de produtividade e participação de lucros de 25%. No fim de outubro, os bancários conseguiram fechar 150 agências bancárias no Centro do Rio.

Metalúrgicos
No ABC, os trabalhadores aceitaram a proposta de reajuste de 10% feita pelas montadoras. No setor de autopeças, a negociação continua. As empresas ofereceram reajuste de 6% mais abono de 17%. Na capital, o sindicato informa ter fechado 1.300 acordos, que englobam 170 mil trabalhadores, com reajuste médio de 7%.

Petroleiros
Outra categoria com data-base em setembro. Os petroleiros reivindicam 5,79% de reajuste, além de 37% de reposição de perdas salariais desde 1994 e 24% de produtividade. Querem também melhores condições de saúde e segurança e reindexação dos 85 demitidos após a greve de 1995. A Petróbras oferece abono de 1,3 salário e reajuste de, no máximo, 3,9%.



à do período março a maio.

O Governo precisa evitar que esse momento crítico se torne crônico. Em maio, ele conseguiu impactar as negociações dando um reajuste nominal pequeno para o salário mínimo. Além disso, a inflação começava a cair e o dólar estava no nível mais baixo desde a desvalorização. Agora, além de dólar e inflação estarem preocupando, os acordos estão concentrados na iniciativa privada. O papel do Governo é produzir fatos que reduzam as expectativas de inflação.

TRT-SP concedeu reposição a empregados da Sabesp

Em artigo publicado no boletim da Tendências Consultoria, sob o título "Sinais de reindexação", o economista José Márcio Camargo alerta: "Há sinais de que o período de calmia na área sindical, vivido pelo país desde 1994, está chegando ao fim e os trabalhadores estão menos preocupados com a manutenção dos empregos do que com ganhos nominais de salários".

O economista, que tem assessorado o Governo Fernando Henrique em questões trabalhistas, considera excessivos reajustes salariais próximos



PIVA SUGERE que empresas e trabalhadores dividam ônus da inflação

reajuste com base na inflação passada. Ou seja, pela primeira vez ocorre uma tentativa concreta de reindexação via Justiça do Trabalho.

Camargo afirma que esses reajustes podem trazer de volta o processo de realimentação da inflação vivido pelo país entre a década de 70 e o início dos anos 90. O economista Márcio Pochman, da Unicamp, pensa diferente: — Não identifico nas atuais reivindicações uma ameaça de

volta à indexação. Este ano os preços públicos subiram muito e os ganhos dos trabalhadores ficaram represados. Se os salários não acompanharem os preços, teremos queda brutal da renda, que já beira 6%.

Fleap diz que repasse aos preços pode ser inevitável

Pochman chega a dizer que se não houver recuperação da renda, o país não crescerá 4% em 2000, como quer o Governo. Segundo ele, em 1990, os salários correspondiam a 42% da renda nacional. Hoje, não passam de 36%. Para o professor, é hora de as empresas cederem e passarem a dividir com seus empregados os ganhos de produtividade obtidos nos últimos anos.

Os empresários não parecem tão dispostos. O presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Horácio Lafer Piva, diz que trabalhadores e empresários terão de dividir o ônus da inflação: — As empresas já estão com os custos muito pressionados pela alta do dólar e das tarifas. Pedimos que evitem repasses, mas temos que as pressões por aumentos exagerados de salários tornem os reajustes inevitáveis. ■

Desemprego maior, menos greves

Shirley Emerick

• **BRASÍLIA.** A redução da atividade econômica no país diminuiu a capacidade de mobilização dos trabalhadores e tornou as greves cada vez mais raras a cada ano. Dados do Dieese mostram que a média mensal de greves no primeiro semestre deste ano foi de 45, contra 50 no mesmo período de 98. No acumulado de janeiro a junho, a participação média de trabalhadores nas paralisações foi reduzida de 130.897, em 98, para 60.150 neste ano.

No caso dos empregados das empresas telefônicas, por exemplo, a venda do sistema Telebrás mudou a forma de negociação entre patrão e trabalhadores. A categoria era forte porque o acordo era discutido com apenas um empregador. Agora, são 16 empresas, e segundo o presidente da Federação Inter Sindical dos Trabalhadores em Telefonia (Fittel), Luiz Antônio Souza, isso enfraqueceu a mobilização.

— O que está balizando agora as negociações é a manutenção do emprego — afirmou.

Em um ano as telefônicas demitiram 20 mil empregados. A categoria aceitou até a redução dos direitos que já faziam parte de acordos coletivos anteriores.

O poder de negociação dos trabalhadores também foi reduzido. Prova disso é o comportamento dos sindicatos nas negociações feitas no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Como a legislação proíbe a indexação dos salários, dificilmente eles conseguem uma sentença melhor que a oferecida pelas empresas nos julgamentos dos dissídios.

As ações individuais na Justiça do Trabalho, também aumentaram. Em 96, foram 2.396.040 e pularam para 2.475.630 em 98. A demanda cresceu devido ao desemprego, cuja taxa média em 96 foi de 5,43%. Este ano ela saltou para 7,75%, de janeiro a agosto.

Desvalorização passada ainda ameaça

Estudo mostra que inflação sobe mais no 2º ano após mudança cambial

• Os índices de preços ao consumidor foram mais contaminados pela desvalorização no segundo ano após a mudança cambial em países como Itália, Suécia, Reino Unido, México, Coreia do Sul, Malásia, Indonésia e Tailândia. É o que mostra estudo do economista Ilan

Goldfajn, da PUC-Rio, que comparou a relação entre desvalorização cambial e inflação nos oito países.

Descobriu que no México, por exemplo, 40% da desvalorização se transformaram em inflação um ano depois da alta do dólar. Nos 12 meses seguintes,

a proporção foi bem maior, chegando a 70%. Na Coreia, saltou de 15% para 20%. No Brasil, nos nove meses seguintes à liberação do câmbio, 10% da alta do dólar transformaram-se em inflação. A forma de evitar mais contaminação, diz Goldfajn, é seguir o

preço da moeda americana:

— Em todos os países os repasses aumentaram no segundo ano. Como o Governo está comprometido com o controle da inflação, acho que o BC vai tentar segurar o dólar, porque a política monetária está concentrada em baixar juros. ■

NOTA

GREVE SUSPESA

A Federação Única dos Petroleiros (FUP), em reunião na tarde de ontem, resolveu indicar às assembleias nacionais da categoria a suspensão da greve de 72 horas prevista para começar amanhã. Apesar disso, a FUP se recusa a discutir alguns pontos do acordo

INGLÊS \$ ESPANHOL

Conversação desde a primeira aula

A partir de R\$ 85,00 por mês

MELHOR PREÇO MENOR TEMPO

Termos nos Sábados - Aulas em Empresa - Aulas Individuais - Francês - Português for Foreigners

Matriculas Abertas

• Centro (Matriz): 221 1863 - 252 5063 • Botafogo: 453 1014
• Madureira: 390 9088 • Ipanema: 522 0598 • Barra: 493 8584

www.cursosfeedback.com.br

The MBA Program for your Profile

FOR EXPERIENCED PROFESSIONALS

- One-year part-time program, in partnership with the University of Toronto, Canada.
- Classes in São Paulo every two weeks.
- Member of the Executive MBA Council.

FOR RECENT GRADUATES

- Two-year Joint Degree Program, in partnership with Saint Mary's University, Halifax, Canada.
- First year in Brazil and second in Canada.
- Possibility to work in Canada after the program.

Information Session in Rio de Janeiro
November 17, 7:00 p.m. Hotel Méridien, Copacabana
Call 0800 15-0027 or visit www.bsp.com.br
to confirm your presence or to request a brochure

Business School São Paulo
for International Management